



ATA N.º 01/2017

Aos dez dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete pelas vinte e uma horas, realizou-se na Sala de Reuniões da Junta de Freguesia da Nazaré, a sessão ordinária da Assembleia Municipal da Nazaré, presidida por José António Ramalhal Lopes e secretariada por Luísa Maria Ricardo Alves e Maria Celeste Ferreira Cardador. -----

Além dos membros da mesa, compareceram a esta sessão:-----

Mário Moita Abegão, José Cesário Marques Moreira, Valter José Lameiro Soares, José Alexandre Serra Sales, Ricardo António Mafra Germano Esgaio – eleitos pelo Partido Socialista; Joaquim Ascensão Pequicho, Sónia Margarida Carreira da Conceição, António Pereira Nunes, António do Carmo Martins – eleitos pelo Partido Social Democrata; Abílio José Januário Marques, Victor Manuel Pereira Parreira – eleitos pelo Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré; António Manuel Caria dos Santos – eleito pela Coligação Democrática Unitária; Graciano José Pascoal de Carvalho Dias – eleito Independente pelo Partido da Terra; Telma de Jesus Laborinho Ferreira – eleita pelo Bloco de Esquerda; José Rei Filipe Ramalho, João António Portugal Formiga e Rui Manuel Amaro Marques – Presidentes das Juntas de Freguesia de Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades, respetivamente. -----

Apresentaram pedidos de suspensão de mandato os Senhores Natália Carvalho da Conceição – quinze dias e António Manuel Silvério Teixeira – oito dias.-----

O Senhor Jorge Fernando Ferreira Gaspar Ribeiro solicitou a sua substituição nesta sessão.

Os Senhores Martinho de Oliveira Rosa, Alexandre Isaac e Zélia Maria da Costa PISOEIRO participaram a sua impossibilidade de estar presentes na sessão. -----

Todas as ausências foram justificadas. -----

Estiveram igualmente presentes, os Senhores: Presidente da Câmara Municipal, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro e Vereadores Maria de Fátima Soares Lourenço Duarte, Manuel António

Águeda Sequeira, Regina Margarida Amada Piedade Matos, Belmiro José Eusébio da Fonte, António Gordinho Trindade e Rita Sanches Bento Varela. -----

Abertos os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. ATA DA SESSÃO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016 - Apreciação e votação

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

2. LEITURA DO EXPEDIENTE

A Assembleia tomou conhecimento. -----

3. ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

Inscreeveu-se o Senhor José Cesário que apresentou voto de Louvor ao Dr. Mário Soares, como adiante se tratará. -----

Seguidamente, questionou sobre o ponto da situação das obras da Revitalização da Marginal da Nazaré, cuja execução se encontra parada, por motivo judicial, apresentando igualmente a sua preocupação por tal facto, dado o aproximar-se dos festejos do Carnaval. -----

O Senhor António Caria dos Santos, efetuou a intervenção, que faz parte da pasta de documentos da reunião e cujo teor se transcreve: -----

“Caros membros desta assembleia, em primeiro lugar, a CDU-Nazaré deseja a todos, uma boa sessão de trabalho na prossecução dos objectivos a que nos propusemos: a defesa dos superiores interesses da população do concelho da Nazaré.-----

Caminhando a passos largos para o final deste mandato, importa aqui reflectir, sobre estes últimos quase 4 anos, e no que realmente foi alcançado por este executivo face ao vasto leque de promessas eleitorais com que se apresentou a eleições.-----

Podemos agora afirmar com toda a legitimidade que, este executivo venceu as eleições com base em ilusões criadas no eleitorado, recorrendo a inverdades e lançando expectativas na população que não se confirmaram, nem confirmarão, até final do presente mandato. -----



Mais uma vez perguntamos pelos investimentos que, à época, já estariam assegurados, segundo o então candidato, agora presidente, desde o Canadá, da Rússia e das mais exóticas paragens onde cheirasse à ilusão de investimento capitalista. Senhor presidente. Onde estão esses investidores? Onde estão essas unidades de produção a funcionar? Onde está essa criação de riqueza e postos de trabalho? Tem noção do impacto dessas expectativas goradas, na vida dos muitos a quem iludiu?-----

Já não valerá a pena “marchar sobre a chuva” do PAEL, que era para recusar e foi imediatamente abraçado! Nada era para vender, mas, nem com os dedos ficaram, quanto mais com os anéis! Despedir era uma infâmia, e, no entanto, inauguraram um novo período na história da autarquia, em termos de relações laborais, com o primeiro despedimento colectivo de que há memória!-----

E a transparência? Era tantas vezes evocada, em vão, dizemos nós, dado que, vem agora uma associação cívica nacional afirmar que o município da Nazaré se encontra na posição 179 da geral! Pensávamos nós, que com tanta transparência que propagandearam, quase dava para ver a Nova Zelândia, que são os nossos antípodas! Não vale a pena tanto ilusionismo. E como diz a canção – “pode alguém ser quem não é?” -----

Curioso verificar nas mesmas estatísticas o seguinte: em 21 anos de PS e 20 de PSD, conseguiram criar um concelho extremamente envelhecido, com taxas diminutas de munícipes com ensino superior, com fraco poder de compra e que, pelas características da nossa população activa, muitos munícipes nem constam dos registos do centro de emprego por encontrarem, à falta de políticas activas de emprego, formas alternativas de sobrevivência. Se assim não fosse, muito maior seria a taxa de desemprego. Não referindo também, a sazonalidade do emprego criado e a precaridade do mesmo.-----

Desde 1976 foi este concelho que PS e PSD construíram – juntos ou separados.-----

Senhor presidente. Sabe quantificar os prejuízos para o comércio local pelo facto das obras da marginal estarem paradas? Já agora, qual é a razão desta súbita paragem? Será que voltaram a fazer tábua rasa, relativamente às obrigações legais da contratação pública – o que já vem sendo um hábito vosso? Ou será pelo excessivo tempo para pagar aos fornecedores?-----

Cerca de quatro anos e meio em Dezembro último.-----

Relativamente aos milhões e milhões da Onda que não param de aumentar: Onde estão esses milhões? Para que bolsos foram transferidos? Para os bolsos da população do concelho?-----

Como calcularam essas verbas? Alguns elementos que apoiam o executivo do PS lembrar-se-ão o que disseram ao então administrador da Nazaré Qualifica quando apresentou na AMN os resultados da projecção mediática da Onda. Por vezes, torna-se indecoroso assistir à forma como alguns torcem a língua para dizer o contrário daquilo que assumiam há algum tempo atrás! Vergonhoso! Também neste caso, PS e PSD têm usos e costumes iguais!-----

A CDU já tomou posição pública sobre o erro colossal da dimensão da estrutura criada para secar o peixe, no entanto importa aqui reforçar esta grave falha da responsabilidade do executivo. Ainda assim, disponibilizamo-nos a propor e a discutir formas de rentabilizar a actividade e o espaço.-----

Quanto à escultura do “Veado” quando esta tem as hastes, ou “Bambi” quando não as tem, para além de razões de diversa ordem constantes no nosso comunicado, aparecem agora graves deficiências técnicas que só revelam que os materiais utilizados inviabilizariam à partida, a colocação da peça naquele local tendo em conta os índices de humidade, salmoura, segurança, etc, etc, etc.-----

Ficará portanto, este executivo, lembrado pelas obras de cosméticas elevadas à enésima potência, gastando o que não tem e deixando por resolver as questões estruturais no interior da nossa sociedade. Continuamente enveredaram pelo discurso fácil, pelo populismo, pelos eventos de



massas, adulterando toda a genuinidade que este concelho tem, em nome da mercantilização de tudo e da monocultura do turismo. -----

A sociedade está esvaziada, silenciosa e com medo. O terror instalou-se e o contraditório não existe. As vozes calam-se e as luzes estão difusas. Sinais preocupantes num concelho com quase tudo por fazer no que toca à construção de “Pessoas”. -----

Os erros que cometem são os mesmos de outros executivos nestes 41 anos. Bem como as obras e opções estratégicas que escolhem são em tudo idênticas. Apenas mudam as cadeiras e os nomes.--

Já agora, enviem os necessários e completos documentos aos ROC’s para verificarmos, de uma vez por todas, às quantas andamos relativamente às contas do município! -----

Muito obrigado!”-----

O Senhor António Caria dos Santos, apresentou uma recomendação ao Executivo, que faz parte da pasta de documentos da reunião e cujo teor se transcreve: -----

“A CDU já falou deste problema em outra sessão da AMN. No entanto, a situação persiste. Julgamos que não é assim tão difícil de resolver. -----

Recomendamos então, mais uma vez, que os serviços da autarquia estudem com urgência o que fazer naquele troço.-----

*Recomendamos também que ponderem rapidamente a colocação de uma placa de proibição de trânsito a descer na rua Dr. Joaquim Manso e outra de proibição de virar à esquerda a partir da rua 25 de Abril, se outra resolução não for encontrada Neste momento, a rua em causa, que até é estreita em certa parte, é uma estrada de dois sentidos, por isso a utilização pelos automobilistas que não têm indicação contrária. Além da possibilidade de circulação nos dois sentidos, a Junta, ou a CMN, colocaram pilaretes urbanos no cimo da rua, o que dificulta ainda mais a circulação de quem sobe ou desce, provocando dificuldades no trânsito e podendo provocar acidentes.-----
Deixamos aqui a foto do local em referência.”-----*

De imediato tomou a palavra o Senhor Victor Parreira, em nome do Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré, para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Guilherme Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, como adiante será tratado. -----

Questionou ainda sobre a legalidade de cobrança de valores por execução de serviços administrativos camarários. -----

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, informou sobre o estado da execução das obras na Marginal da Nazaré, que estão suspensas, indicando que a Dra. Helena Pola prestaria a informação técnica no âmbito do Tribunal. Não concorda com ataques efetuados aos serviços camarários, tendo sido efetuadas as premissas no âmbito da contratação pública, tendo a sua confiança total nos serviços e que a questão da sua paragem, se deve ao facto de empresa concorrente, a quem não foram adjudicados os trabalhos, ter apresentado queixa em Tribunal, não existindo ainda decisão final, esperando que com os esforços efetuados se perspetive a breve prazo a sua resolução. -----

Sobre as questões apresentadas, disse que pretende o desenvolvimento do concelho, daí as várias atuações que tem levado a efeito, tais como a deslocação efetuada ao Canadá à procura de investidores. Sobre os “milhões da Onda”, são dados da exclusiva responsabilidade da “World Surf League”, tal como também apresentou para concelho vizinho. Quanto ao Museu do Peixe Seco e sua rentabilização, poderão não concordar, mas está melhor do que anteriormente; sobre a retirada das hastes do “Veado”, trata-se de questões técnicas que não tem capacidade de responder e o ultrapassam. Disse não existir qualquer tipo de terror, conforme foi atrás indicado. Agradeceu a recomendação sobre Rua Dr. Joaquim Manso e sobre o relatório semestral é uma obrigação de lei para os Revisores, mas não para a Câmara, existindo um contrassenso na lei, sendo uma assunção sua e da Chefe de Divisão Administrativa, tal como foi falado em reunião de Câmara, de pretender dar a respetiva informação. Sobre a questão apresentada pelo Senhor



Victor Parreira, os serviços da autarquia prestarão a correspondente informação. -----

A Chefe da Divisão de Planeamento Urbanístico prestará posteriormente a respetiva informação.

O Senhor Graciano Dias pretendeu saber o que se esta a passar com as obras na Marginal, previsão temporal para as mesmas, dado a importância económica para aqueles que ali têm a sua atividade. -----

O Senhor António Caria dos Santos, relativamente à intervenção do Presidente da Câmara, disse que se esquece de responder às perguntas, reforçando os pedidos de informação efetuados sobre os custos das obras para as populações. Pretende conhecer os documentos sobre o retorno financeiro para a economia local. -----

A Senhora Telma Ferreira questionou sobre o andamento do procedimento para a realização das obras pretendidas para a recuperação da Igreja Visigótica de S. Gião. -----

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta aos quesitos, informou que não há previsão para o fim das obras, estando a Câmara a fazer tudo para que o período seja o mais curto, não sabendo responder quanto aos custos para a população. Logo que haja uma clarificação da situação, existe uma predisposição do empreiteiro para completar no mais curto espaço de tempo as referidas obras. Sobre o impacto desta para a economia local, pretende oportunamente poder dar essa informação. -----

Por último e reportando-se à Igreja de S. Gião, disse ter havido uma série de contactos com o Ministério da Cultura para a realização das obras, não tendo sido enviado até à presente data, qualquer informação conclusiva. É uma situação que tem sido insistentemente apresentada àquela Entidade. -----

O Senhor Graciano Dias lembrou que a ACISN tem sido bastantes vezes contactada pelos comerciantes daquelas zona para a questão das obras e gostaria de obter uma informação mais concreta. -----

Seguidamente, o Senhor Victor Parreira questionou sobre a retirada das proteções com

publicidade existente nos passeios da Vila. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara informou que os placares de publicidade foram retirados, para dar possibilidade à execução das obras na Marginal, tendo sido contactada a empresa concessionária para a sua recolocação noutras locais, devendo esta questão ser colocada diretamente à empresa, que argumenta não existir rentabilidade económica para a sua recolocação noutras locais. -----

VOTO DE LOUVOR AO DR. MÁRIO SOARES

O Senhor José Cesário em nome dos membros do Partido Socialista apresentou o voto de louvor abaixo transcrito, que por unanimidade, foi aceite para discussão e votação.-----

“Portugal, apesar de ser uma nação com quase 9 séculos de existência, só há poucas décadas viu ser delegada no povo a responsabilidade de escolha dos seus representantes decisórios. Esta foi uma completa rotura com um passado que foi dominado pela hierarquia nobiliárquica da monarquia e por uma pós monarquia marcada por uma ditadura que vingou por mais de quatro décadas. -----

Se é verdade que a revolução de abril, e os seus promotores, foram a génese de uma mudança política assinalável em Portugal, também é verdade que durante esse processo existiu um forte combate contra a instauração de um novo regime ditatorial. -----

Em momentos tão conturbados, em que o poder era pretendido por muitas ideologias repressoras, foi importante o surgimento de figuras que se opuseram a todos e quaisquer movimentos políticos que não acompanhassem os mais basilares princípios da democracia e da liberdade. -----

A mudança de regime teve como base uma revolução, mas o processo de transição para um sistema representativo, em que é o povo a escolher os seus representantes, foi, porventura, um dos maiores passos evolutivos da longa história do nosso país. -----

Durante este processo de transição política existe uma figura que a História decerto demarcará como o Pai da Democracia Portuguesa: Mário Alberto Nobre Lopes Soares. -----



O facto de ter sido um dos muitos perseguidos de um regime ditatorial e, com certeza, a vivência experienciada das mudanças do pós-guerra na Europa fizeram que fosse Mário Soares a principal figura a defender a implementação de um sistema democrático em Portugal, em que a essência passasse pela liberdade de expressão, pela paz, por um sistema multi partidário e representativo e, com especial foco num sistema democrático, transparente. Hoje pode-se dizer que os desígnios foram cumpridos. -----

Consideramos que este voto de louvor é um justo tributo a um português que fez parte de um período da História de Portugal em que se viveram muitas alterações, algumas que ainda nos estamos a adaptar nos dias correntes, mas que não poderá ser esquecido pela sua importância nos primórdios basilares da nossa democracia. -----

Há individualidades que a História encarregará de nunca fazer desaparecer. Mário Soares é uma delas. Caso este Voto de Louvor seja aprovado deverá ser remetido para a sua família e à Fundação Mário Soares.” -----

O Senhor António Caria dos Santos disse ter dificuldade em perceber a quem se vai entregar o voto de louvor. A sua luta contra o fascismo e a favor da democracia foi uma realidade, entende que o título não deveria ser o apresentado, quanto muito um voto de pesar. -----

O Senhor José Cesário disse que o pretendido com o voto de louvor é um reconhecimento público da população da Nazaré pela obra por ele desenvolvida, o que o Senhor António Caria dos Santos contrapôs, pois na proposta tal não consta. -----

Colocado o assunto à discussão, foi deliberado, por maioria, aprovar, com três abstenções da Coligação Democrática Unitária e do Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré e dezasseis votos a favor dos restantes membros.-----

**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE GUILHERME PINTO, PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS**

O Senhor Victor Parreira, em nome do Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré, apresentou um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Guilherme Pinto, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, que foi aceite, por unanimidade, para discussão e votação.-----

Não existindo intervenções, foi de imediato colocado à votação. -----

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se o Senhor Eduardo Lopes Gonçalves, morador na Serra da Pescaria para reclamar a intervenção da Câmara na reparação de estrada que se encontra em muito mau estado de há cinco anos a esta parte e liga o Casal Mota ao cruzamento existente na Serra da Pescaria. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que a estrada irá ser reparada em breve, que foi estragada devido a obras efetuadas por construtor civil para loteamento urbano particular. -----

ORDEM DO DIA

1. INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO – (Apreciação)

O Senhor António Caria dos Santos questionou sobre a situação actual dos contratos programa com a Nazaré Qualifica para este ano e se há alguma informação que possa ser dada à Assembleia Municipal sobre o visto do Tribunal de Contas, bem como quanto ao recurso apresentado pela Câmara Municipal referente aos contratos do ano anterior, e se já estão em execução os referidos contratos programa para 2017. -----

Sobre a obra da Marginal, questionou se foi devidamente ponderada a possibilidade destes contratempus na altura da adjudicação, numa altura em que a marginal é o palco privilegiado para a passagem do nosso entrudo e onde vai passar, em segurança, o nosso entrudo e tantas pessoas que nos visitam nesta época do ano. -----

Questionou também sobre a ação de Desporto Escolar Xadrez, não se ter realizado este ano,



como habitualmente na Nazaré, mas sim na Escola Rafael Bordalo Pinheiro das Caldas da Rainha e qual a razão da Câmara Municipal não ter colaborado este ano. -----

Outra das questões sobre educação tem a ver com a ida de alunos de visita ao IPL de Peniche, bem como o critério adotado para que só alguns alunos fossem escolhidos para essa visita e em que ponto se encontra o processo de obras da Escola Básica 2,3 Amadeu Gaudêncio para o ensino secundário público no próximo ano na Nazaré. -----

Continuando a sua intervenção, referiu ainda que o Ascensor se encontra parado mais uma vez, depois das últimas obras de requalificação no valor de mais de cem mil euros, e cerca de um mês e meio de paragem, em Novembro e Dezembro. Congratulou o executivo pelo investimento, se ele foi realmente bem feito. Se foram as maiores obras e se estava tudo arranjado, um dia antes do previsto, questionou o que avariou agora e causas para mais aquela paragem, se a empresa que produziu o trabalho anterior está a garantir o arranjo e se foi substituído também o velho aparelho de comando e para quando a sua abertura à população. -----

Relativamente ao fornecimento de água, falou sobre o seu preço para 2017. -----

Declarou ainda que com grande admiração foram recebidos os novos preços, diminuindo o valor a pagar pela água e saneamento, contra o que a ERSAR já no ano anterior alertava e que as receitas não cobrem os custos desses serviços essenciais. -----

Questionou também a que se deve este abaixamento do preço da água e saneamento, e porque razão não é conhecido este ano o parecer completo da ERSAR sobre os preços propostos, sendo que este abaixamento do preço neste ano de eleições, mais baixo que os custos desses serviços, não vai sair muito caro nos próximos anos à população, como aconteceu no passado?

Lembrou também que, já antes estes procedimentos ocorreram no município, com os resultados que todos conhecem e que criticaram. -----

Rematou a sua intervenção dizendo que parece que nada muda por aqui, que não vale tudo para os eleitos se tentarem manter no poder e em última e completa análise, será sempre a população

quem pagará estas espertezas e por muitos anos! -----

O Senhor Presidente em resposta, informou que relativamente ao Ascensor, o que se está a fazer é uma intervenção na linha, pois há já muitos anos que não era intervencionada, pretendendo-se também tratar-se do assunto do comando, estando em fase de orçamentação. -----

Relativamente ao parecer da ERSAR, irá solicitar aos serviços para o fornecer. -----

Pretende-se o equilíbrio total de custos e receitas na gestão das águas e na questão da realização das festividades do Entrudo, serão criadas as condições mínimas no troço até ao Banco Millenium, de modo a que se possam realizar os festejos. -----

Sobre os contratos programa, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que foram enviados ao Tribunal de Contas, não havendo até à data qualquer resposta, estando os mesmos em execução. -----

Sobre a questão da Educação e ao desposto escolar, o Vereador da Área informou que o Xadrez Escolar referido, é uma organização de uma coletividade, nada tendo a ver com a Câmara, colaborando esta. Sobre a Escola Amadeu Gaudêncio, o assunto está encaminhado e dependendo da boa vontade da Secretária de Estado da Educação, informou que poderão existir mais seis salas, a construir até antes do próximo ano letivo, que é um anseio para a Autarquia para que no futuro haja o 10.º bem como pode acontecer o 11.º e 12.º anos. -----

A Senhor Vereadora Regina informou que diz respeito à viagem realizada, se tratou de uma atividade no âmbito da Comissão de Proteção de Menores. -----

O Senhor António Caria dos Santos questionou se o Acórdão do Tribunal de Contas do ano anterior tinha sido levado em consideração para o Visto dos contratos do presente ano. -----

A Chefe da Divisão Administrativa informou que o assunto tinha sido efetuado de acordo com a Lei, prestando as informações técnicas devidas, nada existindo quanto à suspensão dos contratos. Tomado conhecimento. -----



2. RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO SEMESTRAL - SITUAÇÃO ECONÓMICA DO MUNICÍPIO – (Tomada de conhecimento)

O Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte intervenção: -----

“O que se pode dizer deste trabalho? Que ele não é trabalho nenhum! Revisão oficial de contas não é isto! E a empresa não tem culpa nenhuma. -----

O que se pode chamar a um executivo que não envia o relatório com os dados a que está obrigado, para que o ROC possa emitir uma opinião sobre as contas dos seus exercícios? -----

Transparente, não é com certeza! Incompetente, sem dúvida! -----

Lembramos que esta empresa recebe por ano 8.407,44€, para produzir dois documentos sobre revisão oficial de contas. No contrato de três anos o valor a pagar a esta empresa, pelos mais ou menos 6 documentos é de 26.445,00 €-----

Até agora, ainda não fizeram qualquer análise às contas, que não seja a que leva à informação que temos visto, da não emissão expressa de opinião por faltas de vários dados importantes. A CMN vai adiando de ano para ano esta resolução. -----

Aquela empresa não deve ter melhor contrato do que este da Nazaré! -----

Perguntaríamos então ao executivo: Onde pára a transparência que tanto apregoaram e que cada vez é mais opaca e torna tudo mais difícil de discernir? Mas nem vale a pena responderem! -----

Colocaram a Nazaré no lugar 179º no que toca à transparência, em 308 municípios. Mas isso já nós sabíamos que não andava bem por experiência própria. -----

Além desta falta de dados para a empresa poder emitir a sua opinião e informar esta AM, havemos de vir a ter outra falta importante dentro de dois meses. Falamos da crónica falta do inventário dos bens do município, que tornam impossível ajuizar qual o valor do património nas contas.-----

E o que fez este executivo nestes mais de 3 anos para resolver esta questão? Até agora nada! -----

Tal como os anteriores ROC's já referiam, também esta nova empresa de ROC's tem vindo a expor essa falta de informação por parte do executivo e de dificuldade em obter dados, relatórios e documentos. -----

Tal como eles, também a CDU espera, sem sucesso, o envio das imensas respostas e de documentos pedidos para fiscalização de tantos e tantos actos que nos levantam suspeitas e que, pela falta desses envios, continuamos, legitimamente, a suspeitar que algo vai muito mal na acção deste executivo. -----

Nesta situação em concreto, podemos afirmar que este executivo é muito, mas muito pior que o anterior. Neste particular, englobamos também esta Mesa da AMN que nada fiscaliza, nem deixa fiscalizar. -----

Continuamos a ter que perguntar: -----

O que é que nos escondem? De que têm medo? Porque não cumprem a Lei? Porque não são de facto transparentes? Porque não respeitam o exercício de todos os eleitos? -----

Quando quiserem que respondam. Mas aproveitem a resposta enviando também o que pedimos.

Lembrem-se que não podem continuar a enganar todos toda a vida. -----

Mais rápido do que julgam, esta forma obscura de fazer política irá acabar. De uma maneira ou de outra!" -----

De seguida, tomou a palavra o Senhor Joaquim Pequicho e questionou se a empresa aponta algum plano corretivo para a resolução dos problemas, entendendo ser a única questão a indicar aos revisores oficiais de contas. -----

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor António Caria dos Santos e Joaquim Pequicho na necessidade de transparência nas contas da autarquia. Referiu que este documento não é um relatório obrigatório para a autarquia mas sim para o Revisor de Contas. -----

O Senhor Joaquim Pequicho indicou que o Partido Social Democrata pretende que os erros do



*passado não se voltem a repetir, pois o que se deseja é uma boa gestão do erário público. -----
Dada a palavra ao Dr. Paulo Silva, representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas 'Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados', informou que à semelhança do realizado com outros municípios, com o trabalho agora desenvolvido, pretende-se a obtenção para os próximos anos de um melhor resultado, com uma melhor certificação e menos reservas. A legislação é omissa quanto à obrigatoriedade de apresentação de contas ao semestre. Disse ser preferencial a existência de contas ao semestre, o que torna mais fácil o fecho de contas no final do ano. Tem sido feita a análise às contas, não podendo informar que no final do ano tudo esteja resolvido, pretendendo que com o desenvolvimento deste trabalho, em cerca de dois a três anos tudo esteja clarificado. Por último, referiu o bom trabalho desenvolvido pelos trabalhadores da contabilidade. -----*

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou que os serviços de contabilidade têm vindo a desenvolver um trabalho excelente, com a apresentação atempada de toda a documentação e pela primeira vez o Orçamento aprovado foi feito internamente; estão já a preparar a apresentação de contas para a Assembleia e logo que efetuado este trabalho, passarão a efetuar as contas semestrais. -----

Também o Senhor Presidente da Câmara mostrou a sua satisfação pelo trabalho desenvolvido pelos revisores oficiais de contas e agradeceu os encómios dirigidos aos trabalhadores da contabilidade. -----

Tomado conhecimento. -----

3. REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA NAZARÉ 2016 – (Apreciação e votação)

O Senhor António Caria dos Santos referiu que tanto no ponto anterior, bem como no ponto agora em questão em nada se refere aos trabalhadores e agradeceu o trabalho meritório a todos os níveis efetuado. -----

De seguida efetuou a seguinte intervenção: -----

“A CDU compreende a necessidade da actualização desta Carta Educativa que, quanto a nós, peca por tardia. Dizemos isto na medida em que estamos a terminar o mandato autárquico, sem que durante todo este mandato tenha existido uma Carta Educativa aprovada por esta AMN.-----

Compreendemos também o esforço colocado neste extenso trabalho, nomeadamente na elaboração dos mapas, gráficos e quadros demonstrativos, que acreditamos estarem actualizados. No entanto, lamentamos que este mesmo processo possa não ficar ainda hoje definitivamente terminado. -----

Julgamos que, mais uma vez, e também aqui neste procedimento, os trabalhos se basearam em legislação que não está já totalmente actualizada, podendo alguns pontos virem a ser alterados e terem que aqui trazer novo documento mais tarde para nova aprovação. Senão vejamos: -----

Em primeiro lugar, importava esclarecer, se o Regimento do Conselho Municipal de Educação está devidamente actualizado e se foram cumpridas todas as obrigações lá impostas. Parece-nos que não. Nomeadamente o seu Artigo 2.º, alínea b) sic “Acompanhamento do processo de elaboração e de actualização da carta educativa, a qual deve resultar de estreita colaboração entre os órgãos municipais e os serviços do Ministério da Educação, com vista a, assegurando a salvaguarda das necessidades de oferta educativa do município, garantir o adequado ordenamento da rede educativa nacional e municipal;”-----

Era importante, quanto a nós, que esse Regimento também nos tivesse sido enviado junto, coisa que não aconteceu.-----

Acontece também, que no Artigo 27.º do Regulamento Orgânico e Funcional da Câmara Municipal de Nazaré, artigo que trata do Sector de Apoio à Educação, se compreende da leitura, e citamos. -----

“Serão encargos deste sector:-----



b) Manter actualizada a Carta Educativa do Concelho, em estreita articulação com o Conselho Municipal de Educação (CMEN) e com a Assembleia Municipal;” -----

Por essa razão, questionamos a Mesa da AMN a que se deve a falta de informações à Assembleia Municipal sobre este tema? Consideramos não ter havido “estreita articulação” com a AMN.-----

Em segundo lugar, lembrar que o Regimento do Conselho Municipal de Educação numa das competências, Artigo 2º., alínea g) obriga a “Programas e acções de prevenção e segurança dos espaços escolares e seus acessos;”-----

Perante esta obrigação questionamos: O que foi feito pelo Conselho Municipal de Educação para que os Centros Escolares da Nazaré e do Valado dos Frades tenham os seus Planos de Emergência e de Evacuação devidamente homologados pela Autoridade Nacional de Protecção Civil, e, desde logo, em execução e em treino sazonal como a Lei obriga, coisa que não têm desde que abriram portas aos alunos, docentes e restantes trabalhadores. (Tanto que temos lutado por isto nas AMN, em prol da Segurança de todos! Felizmente que ainda nada aconteceu!) -----

Em terceiro lugar, perguntamos se a carta educativa, hoje aqui em debate, cumpre com todas as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de Maio? -----

Perguntamos isto, porque não vimos no documento apresentado qualquer referência a este último normativo legal que altera exactamente o Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 de Janeiro em alguns artigos.-----

Em quarto lugar, gostaríamos de ser informados se o Ministério da Educação colaborou estritamente na elaboração desta Carta Educativa, conforme decorre do Artigo 19º da citada Lei.

Em quinto lugar e por último, gostaríamos de saber em que reunião da AMN, neste mandato, foram nomeados alguns dos elementos do Conselho Municipal da Educação que cabe a esta AMN nomear?-----

Terminamos deixando uma recomendação à Mesa da AMN, ao executivo municipal e aos serviços municipais:-----

Recomendar que este assunto seja um dos primeiros a ser debatidos e tratados no início de cada mandato autárquico, por forma a verificar-se a sua actualização e legalização desde o início de cada mandato, com todos os elementos que venham a fazer parte do Conselho Municipal de Educação a terem conhecimento do mandato que também ali ocupam por inerência.-----

Mais recomendamos que, pelo menos uma vez anualmente, a AMN seja informada pela Mesa, sobre o decorrer dos trabalhos do Conselho Municipal da Educação, nem que seja apenas pelo envio aos membros da AMN de cópias das actas das reuniões do Conselho Municipal de Educação, se outra coisa não for mais importante e informativa.”-----

Referiu ainda que solicitou certidão da ata da reunião e constatou que o Regimento do Conselho Municipal de Educação, em vigor, na sua constituição está desatualizado, elencando os respetivos elementos. Poderá não ser uma situação muito importante para a elaboração da Carta, mas os elementos que a votaram, legalmente não o deveriam ter feito. Questionou se é urgente a aprovação desta Carta e se assim não for, pensa que deveriam ser eleitos os elementos em falta, numa próxima Assembleia, com a retirada deste ponto da ordem do dia. -----

O Senhor Vereador da Área da Educação, disse não haver urgência na aprovação e existir um grande equívoco, e quando este Executivo tomou posse, verificou a grande urgência de aprovação da Nova Carta Educativa. Parabenizou os serviços, pelo trabalho desenvolvido quase sozinho pelo Dr. Júlio Estrelinha, efetuado apenas na Câmara, sem outras intervenções exteriores. Gostaria de discutir as políticas educativas, em detrimento de ‘fait divers’ e se esquecer o que já foi desenvolvido. -----

O Senhor Graciano Dias questionou se não tinha já sido escolhido representante da Assembleia para o Conselho Municipal de Educação. Entende que a política de educação no concelho deve ser alterada, de modo a que não se verifique a fuga de jovens para outros concelhos e questionou se existem dados sobre o tema e lembrou Moção apresentada na Assembleia, no sentido de dar condições à Amadeu Gaudêncio para a obtenção do 3.º Ciclo, que só o Externato Dom Fuas



Roupinho possuía. Lembrou também a Moção por si apresentada, para dar condições aos alunos para se manterem no Externato, tendo sido recusada pela Assembleia.-----

Sendo vinte e quatro horas, a Assembleia decidiu, por unanimidade, dar continuidade aos trabalhos. -----

O Senhor Vereador da Área da Educação, relativamente à perda de alunos, verifica ser verdade o acontecido. Pretende-se concentrar os nossos alunos no concelho e informou detalhadamente a constituição de turmas nos estabelecimentos, devendo combater-se a saída de alunos para outros concelhos, por falta manifesta de ofertas. -----

O Senhor António Caria dos Santos em resposta às prestações efetuadas, disse que a Coligação Democrática Unitária faz um trabalho sério, nada tendo contra a Carta de Educação, tendo inclusive parabenizado o trabalho do Dr. Júlio Faustino, existindo sim erros políticos, que deverão ser sanados, cada um falará por si e do que sabe. -----

O Senhor Vereador da Área informou que já houve uma primeira Carta de Educação e esta agora em apreço, é a segunda Carta. -----

A Chefe de Divisão Administrativa e Financeira questionada sobre o assunto, prestou informação jurídica sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação e competências da Assembleia, conforme assunto que foi tratado em sessão de 25 de novembro de 2011, onde se indicam cargos e não nomes. -----

O Senhor António Caria dos Santos em resposta, indicou que não está em causa a Carta, mas sim o procedimento e o que pretende unicamente é ajudar a resolver os problemas, entendendo que o assunto deveria ter sido retirado da ordem de trabalhos. -----

Colocado o assunto à votação, foi deliberado, por maioria, aprovar com dezasseis votos a favor e quatro abstenções do Bloco de Esquerda, Coligação Democrática Unitária e Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré. -----

O Senhor António Caria dos Santos apresentou a declaração de voto verbal, que se transcreve: --
“Nada contra o documento apresentado, tudo contra o procedimento desencadeado.” -----

4. ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL NAZARÉ QUALIFICA, EM, UNIPessoal, LDA. – (Apreciação e votação)

O Senhor Abílio Marques indicou que a legislação referenciada - Lei 114/94, que entretanto sofreu alterações, foi revogada pela Lei 72/2013. -----

Em resposta, a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira informou e confirmou que o articulado indicado está em vigor, conforme consulta efetuada na hora no site da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. -----

Não existindo mais questões, foi deliberado, por maioria aprovar, com três votos contra do Bloco de Esquerda e Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré; cinco abstenções dos Senhores Joaquim Pequicho, Sónia da Conceição e António Nunes, Movimento Partido da Terra e Coligação Democrática Unitária e doze votos a favor dos restantes membros.

5. ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DA NAZARÉ – (Apreciação e votação)

Não se registaram intervenções. -----

Deliberado, por maioria aprovar com três abstenções da Coligação Democrática Unitária, Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré e dezassete votos a favor dos restantes membros.-----

6. AUTORIZAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS - CONTRATAÇÃO EM REGIME DE AVENÇA – (Tomada de conhecimento)

O Senhor António Caria dos Santos solicitou um esclarecimento a uma parte do assunto em apreciação, que não compreendeu e que se transcreve:-----

“Considerando a necessidade de contratar um técnico que assegure o apoio aos serviços



prestados no Centro Escolar da Nazaré (de que se destacam, a receção de alunos, o acompanhamento dos mesmos nos transportes escolares, a limpeza dos espaços escolares, etc.);--

1. Artigo 49.º n.º 2 da LOE 2017 - Não serem ultrapassados os valores pagos, no ano 2016, com os contratos de aquisição de serviços que se venham a celebrar com idêntico objeto e ou contraparte. Neste âmbito, informa-se que, no ano 2016 não foram celebrados contratos de aquisição de serviços com idêntico objeto (apoio aos serviços prestados no Centro Escolar da Nazaré), nem com a contraparte visada. -----

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: executa funções de assistente operacional, nos diversos estabelecimentos de ensino do Concelho, desde novembro de 2014.”-----

Dada a palavra ao Senhor Vereador da Área da Educação, informou que o funcionário entrou ao serviço como um POC – Programa Ocupacional e por força do bom desempenho e da produtividade entenderam que poderá continuar. -----

Seguidamente o Senhor António Caria dos Santos, leu parte de um parecer emitido pela CCDR, conforme se indica:-----

“Com o estabelecido no Art.º 32 n.º 1 da LTFP, no que respeita à demonstração na inexistência de subordinação jurídica, o que se pretende acautelar é que não sejam celebrados contratos de aquisição de serviços que camuflam os designados «falsos recibos verdes». Ou seja, perante o conhecido e profícuo historial da administração pública em celebrar contratos de prestação de serviços para situações que configuram verdadeiras relações laborais, levou o legislador a, confrontado com a reiterada violação dos princípios relativos à constituição de emprego público – que envolvem a obrigatoriedade de que tal relação seja precedida do competente procedimento concursal, a exigir este prévio parecer favorável dos órgãos competentes, que no caso dos municípios, é o executivo camarário. E esta sindicância tem, na nossa opinião, (da CCDR Norte) uma dupla função: uma função preventiva por um lado, mas também uma função punitiva, por

outro, na medida em que determina a nulidade destes contratos o que, naturalmente, poderá fazer incorrer os responsáveis pela ocorrência de tal vício em responsabilidade civil, financeira e disciplinar.” Acabámos de citar. -----

Na sequência da leitura efetuada ao documento, rematou a intervenção, como se transcreve: -----

“Quisemos aqui apenas lembrar o assunto neste ponto, na medida em que o executivo é utilizador frequente deste tipo de contratos de Avença, que, na nossa opinião, mais não são do que formas de trabalho precário que são oferecidas a quem depois se vê confrontado com pagamento de todo o tipo de impostos sobre o valor recebido e que no fim fica com uma margem financeira muito baixa do valor pelo seu efectivo trabalho.-----

Porque este assunto até está na ordem do dia a nível nacional, sentimos ser nossa obrigação, tal como o PCP e a CDU têm feito, desmascarando esta situação e lutando desde há muito tempo na Assembleia da República para a sua alteração, continuando a acompanhar estes processos e a intervir para dar uma resposta efectiva aos problemas da precariedade e da protecção social a estes trabalhadores, assegurando o respeito pelos seus direitos e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho.”-----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta, informou que sobre as avenças, pretendia contratar de outra maneira, nada apontando ao parecer da CCDR.-----

Tomado conhecimento. -----

7. ALUGUER SOFTWARE GESTÃO DESPORTIVA - COMPROMISSOS PLURIANUAIS – (Tomada de conhecimento)

Sobre o assunto, o Senhor António Caria dos Santos indicou ter uma dúvida e que já anteriormente foi levantada noutras reuniões, e que se trata de saber qual a entidade a que pertence o trabalhador responsável, não pretendendo que seja entendido e existência de uma qualquer desconfiança sobre a sua capacidade técnica e profissional como gestor do procedimento, pela elaboração e condução deste processo. -----



*O Senhor Vice-Presidente em resposta, informou que o funcionário pertence à Empresa Municipal Nazaré Qualifica e se assim não fosse, a Piscina estaria fechada. -----
Tomado conhecimento.-----*

8. RATIFICAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO CONSULTIVA PARA A REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA NAZARÉ – (Apreciação e votação)

*O Senhor Presidente da Assembleia informou que se tratava de ratificar a decisão tomada em reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal relativamente ao assunto supra indicado, de indicar o nome do Presidente da Assembleia para o efeito, dado que não houve possibilidade da realização extraordinária dado o curto prazo para o fornecimento da resposta. --
O Senhor António Caria dos Santos questionou se houve recusa de aceitação do nome proposto pelo Partido Socialista e aceite pela Comissão Permanente da Assembleia Municipal, por parte da entidade que pediu que se designasse um membro da Assembleia para fazer parte da Comissão Consultiva para a Revisão do Plano Diretor Municipal, se a votação para a eleição estava dentro da esfera de competências da Comissão Permanente e por último, porque está aqui presente este assunto. -----*

Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia informou que não houve recusa, pois não houve contactos posteriores, veio à Assembleia, porque assim foi decidido na Comissão Permanente para ratificar e por último, entende que a Comissão Permanente tem condições para resolver e que inclusive a Coligação Democrática também o entendeu, pois esteve presente. -----

A Senhora Telma Ferreira interveio para indicar que se lembrava de na reunião efetuada, ter sido decidido enviar a decisão para ratificação.-----

Seguidamente o Senhor António Caria dos Santos informou que não se lembra de ter sido tomada esta decisão e declarou que “Aqui está mais uma prova de que o exercício desta Mesa da AMN

não é transparente, nem sequer se presta a cumprir o Regimento desta AM, ou a legislação que a rege. -----

Com a introdução deste ponto 8, retiram-se claramente competências à Comissão Permanente da AMN, pois este assunto foi votado e aprovado pela dita comissão, tendo já sido dada resposta às entidades a quem tinha que ser dada dentro dos prazos impostos. -----

A Mesa da AMN, ao introduzir um ponto completamente inerte de discussão e sem qualquer resultado prático para a votação anteriormente feita, coloca mais uma novidade na interpretação do Regimento pela Mesa no que respeita à Comissão Permanente.-----

Além do mais, não recebemos nada, nenhum documento, sobre o que se irá tratar neste ponto. ---

Caso que acontece pela primeira vez desde que aqui estamos e que eu me lembre!”-----

Referiu ainda que se o assunto estava votado pela Comissão Permanente, não teria que vir à Assembleia, devendo ser melhor ponderado, pois assim retira poderes à Comissão. Disse ser esta a interpretação da Coligação Democrática Unitária e não só. Se já foi enviada resposta às entidades que tinham de ser informadas, não tem de ser a Assembleia Municipal a ratificar, porque obteve uma votação por maioria, mas foi eleito; se o assunto fosse agora ‘chumbado’ o que iria transmitir à entidade? Esta é a questão, pois pode acontecer uma outra votação. -----

Solicitou que o Presidente não colocasse este assunto à votação, para bem da Assembleia Municipal da Nazaré. -----

O Senhor José Cesário solicitou a palavra e indicou que seria conveniente que todos saíssemos esclarecidos desta sessão, não tendo o assunto sido pacífico na referida reunião da Comissão Permanente e referiu que o Senhor Presidente da Assembleia ali referira que iria levar o assunto à Assembleia e ninguém disse nada, não compreendendo o porquê de agora se estar a levantar esta questão. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se eventualmente o resultado da votação for diferente do obtido em sede da Comissão Permanente, informará a Entidade. -----



Questionada a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira quanto ao procedimento tomado, informou que o assunto teria de vir forçosamente à sessão, pois se assim não fosse, os outros elementos não teriam conhecimento da decisão. -----

Colocado o assunto à votação, foi deliberado, por maioria ratificar, com o voto contra da Coligação Democrática Unitária, três abstenções do Bloco de Esquerda e Grupo de Cidadãos Independentes do Concelho da Nazaré e dezasseis votos a favor dos restantes membros.-----

O Senhor António Caria dos Santos efetuou a seguinte declaração de voto: -----

“O meu voto contra não vai contra o elemento proposto para assumir o lugar, com o qual concordo que seja eleito; vai contra pelo que antecedeu numa reunião de Comissão Permanente desta Assembleia que votou este nome sem que para isso estivesse mandatada. Por tal razão, votámos contra porque não queremos ser responsabilizados pelo atraso no envio do nome hoje aprovado.” -----

**9. PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2017 –
(Apreciação e votação)**

Ausentou-se o Senhor António do Carmo Martins. -----

A Senhora Telma Ferreira, no uso da palavra, informou que o Bloco de Esquerda pretende a manutenção da realização descentralizada das Assembleias e manter os projetos com visitas temáticas, não só para a Assembleia, mas também abertas ao público. -----

O Senhor José Cesário referiu que o Partido Socialista sempre foi a favor da realização das Assembleias descentralizadas e na sequência da realização das próximas eleições, poderá haver necessidade de efetuar alterações, devendo realizar-se na Nazaré a sessão da aprovação das contas.-----

O Senhor António Caria dos Santos disse concordar com o Plano apresentado e com a intervenção do Senhor José Cesário, que é semelhante ao apresentado pela Coligação Democrática Unitária no seu manifesto eleitoral. Referiu-se ainda ao bom desenrolar dos

trabalhos hoje ocorrido, com todas as intervenções efetuadas pelos membros, pretendendo que exista um bom trabalho da Assembleia até ao final do mandato em prol da população. -----

O Senhor Presidente da Assembleia sugeriu que eventuais descentralizações da realização das sessões fossem acordadas em sede da Comissão Permanente, ao que a Senhora Telma Ferreira respondeu que estas descentralizações deverão existir, independentemente da existência ou não, de assuntos respeitantes a determinadas áreas. -----

O Senhor Mário Abegão disse ser igualmente apologista da descentralização das Assembleias e que tem havido bastante participação nas sessões realizadas em Valado dos Frades e Famalicão, intervenção corroborada pela Senhora Telma Ferreira. -----

O Senhor Abílio Marques lembrou o que foi falado na reunião ocorrida em sede da Comissão Permanente, que as sessões sejam efetuadas de acordo com a lei e que eventuais descentralizações e existindo assuntos de interesse ou relevantes para as freguesias, a Mesa da Assembleia decida ou não a sua realização. -----

O Senhor Presidente da Assembleia lembrou que as visitas temáticas não correram da melhor maneira e relativamente à descentralização, sendo ano eleitoral, deixar ao critério da Assembleia a sua realização e sugeriu que se mantivesse o mesmo modelo utilizado no ano anterior, pretendendo-se um consenso. -----

O Senhor António Caria dos Santos disse que a Coligação Democrática Unitária é contra o modelo de descentralização que está a ser feita, não levando assuntos concretos que tenham a ver com a freguesia. -----

O Senhor José Cesário lembrou que os assuntos tratados nas sessões descentralizadas nas freguesias, por acaso, coincidiram e tinham a ver com elas, mas poderá não ocorrer assim. -----

A Senhora Telma Ferreira disse que este assunto não poderia ficar em aberto, devendo decidir-se já. -----

O Senhor Abílio Marques disse entender que deveria ser a Mesa a decidir quanto ao local da



realização do local, pois as datas estão expressas na legislação. -----
Seguidamente, foi apresentada proposta verbal pela Senhora Telma Ferreira, que foi aceite, por unanimidade, para discussão, no sentido de as Assembleias ordinárias de Junho e Setembro serem descentralizadas, sem indicação prévia do local da sua realização. -----
Não existindo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

10. PARTICIPAÇÃO DE MUNÍCIPE – Tomada de conhecimento

O Senhor António Caria dos Santos solicitou a palavra e efetuou a seguinte intervenção: -----
“Em primeiro lugar, importa referir desde já que o pedido de agendamento deste ponto pela CDU, aconteceu depois do recebimento de uma participação de uma munícipe, que indica que já vem tentando resolver um problema, desde, pelo menos, Junho de 2014, sem ainda o ter conseguido.-----

Sabemos que, já na Idade Média, os homens se uniam para conseguir o bem comum. É nessa concepção que continuamos a acreditar ser possível defender o melhor para todos, em união.-----

A nossa intenção vai apenas no sentido de se poder conhecer a versão completa de todos os factos apurados, e, perceber e esclarecer, as razões para os acontecimentos que originaram esta participação da munícipe. Só com o máximo de informação será possível analisar, se, neste caso, está defendido o Interesse Público.-----

Nada mais aqui nos importa!-----

Cito:-----

“A administração e o direito administrativo só podem compreender-se com o recurso à ideia de interesse público. O interesse público é o norte da Administração Pública; é por isto que o art. 266º, nº. 1 da CRP e o art. 4º. do CPA individualizam o princípio da prossecução do interesse público em termos categóricos. Sendo a função administrativa uma função secundária do Estado, o que se traduz, na sua subordinação ao princípio da legalidade, não cabe à Administração

qualquer papel na escolha dos interesses a prosseguir, aquela está vinculada a prosseguir o interesse público tal como primariamente definido pela Constituição e objecto de concretização pela lei, através da identificação dos contornos das necessidades colectivas a satisfazer, da decisão da sua satisfação por processos colectivos e da definição dos termos mediante os quais tal satisfação deve processar-se. O princípio da prossecução do interesse público constitui, portanto, um dos mais importantes limites da margem de livre decisão administrativa, assumindo duplo alcance”. -----

Acabei de citar, MARCELO REBELO DE SOUSA. -----

“Se bem compreendemos, a Administração só pode prosseguir o interesse público, estando proibida de prosseguir, acessoriamente, interesses privados. Além disso, a Administração só pode prosseguir os interesses especificados na lei em cada actividade administrativa normativamente habilitada. A acção administrativa que não persiga os interesses públicos definidos pela lei configura desvio de poder, acarretando sua invalidade do ponto de vista legal”. Citei agora Odilia Almeida. -----

Posto isso, julgamos que ressalta à vista que ainda serão necessários mais esclarecimentos por parte dos serviços municipais, para se poder tomar uma posição mais avalizada sobre o assunto.

Por exemplo: -----

1º. – Perceber o que foi feito a partir de Agosto de 2014, depois de terminado o prazo dado para alteração do ramo de actividade do estabelecimento? -----

2º. – Existe comprovativo que nos possa ser enviado, com a alteração do ramo de actividade do estabelecimento feito no Balcão do Empreendedor? -----

3º. – Os serviços municipais fiscalizaram na altura essa alteração e a conformação com o que pretendiam? -----

4º -- Quanto pagou o estabelecimento pela ocupação de via pública, pelo menos nos anos de 2014, 2015 e 2016 e até 31 de Janeiro de 2017? -----



5º. – *Existem comprovativos desses pagamentos que nos possam ser enviados? -----*

6º. – *O fogareiro que era utilizado à data da fiscalização de 2014 e que não foi proibido, ainda que a fiscalização reconhecesse que o estabelecimento não podia servir comida, foi depois licenciado? -----*

7º. – *Existe comprovativo dessa licença camarária que nos possa ser enviada? -----*

8º. – *Foi pago pela munícipe que faz a denúncia, o valor exigido pela CMN em 06 de Outubro de 2014 pela vistoria feita às condições de armazenamento das botijas do estabelecimento? -----*

9º. – *Existe documento, que nos possa ser enviado, onde a munícipe que faz a denúncia peça essa acção de vistoria para a exigência do pagamento em questão? -----*

10º. – *Existe algum relatório, do Serviço Municipal de Protecção Civil, ou de outro serviço municipal, sobre o acondicionamento das garrafas de gás no estabelecimento, que nos possa ser enviado? -----*

Muitas outras questões terão, ou não, que ser colocadas, mediante as respostas que ficaremos a aguardar receber dos serviços da CMN que acompanham este processo. Vamos esperar pelas respostas às questões aqui colocadas.-----

No entanto, podemos já afirmar, sem qualquer problema, que depois de analisarmos os documentos recebidos e de verificarmos as cronologias de alguns acontecimentos recentes, ficamos com a ideia que, de facto, existia ali algo que não estava bem. -----

Recomendamos, desde já, que o executivo faça por resolver este assunto rápida e eficazmente, e a contento de todos os envolvidos, com especial enfoque no prosseguimento do interesse público definido por Lei. -----

Disse.” -----

Na sequência, o Senhor Presidente da Câmara solicitou a intervenção da Chefe de Divisão de Planeamento Urbanístico, que informou que foram tomadas algumas medidas quanto ao licenciamento das esplanadas, a fechada e a aberta, devendo conformar-se com a

regulamentação em vigor.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que iriam ser enviados os elementos solicitados. -----

O Senhor António Caria dos Santos agradeceu à Chefe da DPU a informação prestada, ficando a aguardar a receção dos documentos solicitados e que tudo fique esclarecido. -----

Também o Senhor Abílio Marques, no uso da palavra, indicou que igualmente pretendeu o agendamento deste assunto, mas que por motivos particulares, o não pôde fazer. Relembrou a tramitação deste processo, tendo-se passado muita coisa neste processo, sendo importante saber o que é feito, sendo uma vergonha o tratamento dado pelos serviços camarários ao assunto, tendo ficado estupefacto com as fotografias apresentadas no processo. Gostaria de ver este assunto bem tratado e de forma rápida, não só quanto à ocupação da via pública, mas também da salubridade pública e estacionamento a montante da esplanada do estabelecimento em causa, para que o assunto seja resolvido de uma vez por todas. -----

Igualmente, o Senhor Joaquim Pequicho disse ser um assunto de enorme importância por vários aspetos na defesa da lei e pela coragem e urbanidade como o assunto foi apresentado pela Munícipe. -----

A Senhora Telma Ferreira questionou se houve resposta da Câmara Municipal à Munícipe, aquando da apresentação da primeira queixa no ano de 2014. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que existe uma proximidade entre si e os Múncipes, com as variadas audiências efetuadas, realizando várias ações para o efeito, pretendendo que seja dada uma resposta concreta dos serviços à interessada. Tem na memória de ter havido reuniões a Munícipe e os Serviços Jurídicos da Câmara, não podendo confirmar se houve resposta, dado o elevado número de assuntos que diariamente trata, não tendo capacidade de memória para tal. Sobre as questões apresentadas, desconhece a derrocada de muro, está a ser delineada solução desde para o assunto do estacionamento abusivo de automóveis e nunca viu o impedimento de passagem de pessoas incapacitadas em cadeira de rodas. Relativamente à



salubridade, não possui conhecimentos para discutir o tema e quanto ao estacionamento abusivo automóvel, os serviços da Câmara em conjunto com a Junta de Freguesia estão a tratar do assunto para a sua solução. Por último referiu que não concordam, quando se diz que os serviços da autarquia se desinteressam para o assunto, fazendo estes o humanamente possível para resolver atempadamente as situações e que esta situação nunca lhe foi diretamente solicitada através de pedido de audiência pela interessada. -----

Deu a palavra à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que informou que teve conhecimento desta questão através de um outro procedimento, e aproveitando o caso, tomou conhecimento de outras situações, tendo de imediato efetuado as diligências consideradas necessárias para a resolução, não concordando com a indicação de existência de desinteresse. ---

Este assunto está igualmente agendado para a próxima reunião de Câmara a realizar na segunda-feira, dia 13 de fevereiro, com a mesma documentação hoje presente. -----

O Senhor Abílio Marques indicou que este tipo de situações não se deve repetir, nem ali, nem em qualquer outro local e que analisando os documentos fornecidos, não detetou qualquer despacho do Presidente da Câmara. -----

O Senhor José Sales referiu que, após todas as intervenções efetuadas, entende que este assunto está a ser tratado e a situação será resolvida. -----

Tomado conhecimento. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA OU DE PARTES DA MESMA, SE A ASSEMBLEIA ASSIM O DETERMINAR

Deliberado, por unanimidade, aprovar. -----

Por nada mais haver a tratar, sendo uma hora e trinta e cinco minutos do dia seguinte, o Senhor Presidente da Mesa deu os trabalhos por encerrados e, para constar, se lavrou a presente ata, assinada pelo Senhor Presidente da Mesa e por mim, Carlos José de Paiva Mendes, Coordenador Técnico, que a redigi e subscrevi. -----

